



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

CONCLUSÃO

Em 28/04/2014 19:47:54, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez.
 Eu, _____, Escr., subscrevi.

SENTENÇA

Processo nº: **0015096-55.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Reintegração / Manutenção de Posse - Arrendamento Mercantil**
 Requerente: **Banco Santander S/A**
 Requerida: **Silvia Borges Bonfim Locação ME**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Banco Santander S/A move ação em face de **Silvia Borges Bonfim Locação ME**, dizendo que celebraram em 19.11.2008 contrato de arrendamento mercantil financeiro sob n. 0.14.2910.8, cujo bem arrendado foi o VW, modelo Senior GVO, 1999, chassi 9BWVTAV67XRX00884, a diesel, no valor de R\$ 80.000,00. A ré obrigou-se a pagar o arrendamento em 48 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 19.12.2008 e a última em 19.11.2012. A ré deixou de pagar desde a prestação vencida em 19.06.2011, e com isso seu débito passou a ser de R\$ 115.377,95. Foi constituída em mora e não pagou e nem restituiu o veículo, cometendo esbulho possessório. Pede liminarmente a reintegração de posse do bem e, ao final a resolução do contrato por inadimplemento da ré, tornando definitiva a reintegração de posse, condenando-a ao pagamento de honorários advocatícios e custas do processo. Documentos às fls. 20/90.

A liminar de reintegração de posse foi concedida a fl. 94. O veículo não foi encontrado para a execução da liminar. A ré foi citada a fl. 115 e não contestou.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

É o relatório. Fundamento e decido.

Impõe-se o julgamento imediato da lide, por força do inciso II, do artigo 330, do CPC. A prova é essencialmente documental e está nos autos. A ré foi citada e não contestou, recolhendo os efeitos da revelia, quais sejam, presumem-se verdadeiros os fatos articulados na inicial.

O contrato de arrendamento firmado pelas partes consta de fls. 25/86. A ré deixou de pagar as parcelas referidas na inicial e foi notificada extrajudicialmente às fls. 88/90. A ré, embora notificada, não cuidou de purgar a mora e nem de restituir o veículo do arrendamento ao autor.

A ré cometeu pois esbulho possessório, dando ensejo à propositura da ação de reintegração de posse. Este juízo concedeu a liminar que não foi executada pois o veículo não foi encontrado em poder da ré. Esta alegou ao oficial de justiça (fl. 117) que esse bem encontra-se no Estado da Bahia, com motor fundido, mas nem sequer soube declinar o local onde o bem se encontra.

A obrigação da ré é a de entregar o veículo, já que o autor faz jus à recuperação da posse direta do bem que lhe pertence. O valor do bem ao tempo da celebração do contrato era de R\$ 80.000,00, conforme fl. 26. Como o contrato foi celebrado em 19.11.2008, sobre aquele valor incidirá correção monetária até a data da extinção da obrigação, não podendo ultrapassar o valor da dívida pendente.

JULGO PROCEDENTE a ação para assegurar ao autor a reintegração de posse do veículo descrito no relatório desta sentença. A qualquer momento, desde que localizado o veículo, será dado ao autor obter a efetivação da reintegração de posse nos termos desta sentença. Se persistir a não localização do veículo, será dado ao autor pleitear as perdas e danos desde já definidas como correspondente ao valor do bem, ou seja, R\$ 80.000,00, em novembro/2008, sem prejuízo da incidência de correção monetária desde então, limitada essa indenização já que não poderá ultrapassar o valor do débito contratual em aberto. Condeno a ré a pagar ao autor, R\$ 5.000,00 de honorários advocatícios, consoante o § 4º, do artigo 20, do CPC, haja vista a simplicidade do pleito que nem sequer foi contestado, além das custas do processo e as de reembolso.

Independentemente do trânsito em julgado, será dado ao autor informar este juízo onde o veículo se encontra para que a reintegração de posse se efetive. Depois do trânsito em julgado, o autor poderá, como alternativa, promover a execução das perdas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

e danos nos limites já definidos, inclusive a execução dos ônus da sucumbência. Para tanto, abra-se vista ao autor para formular requerimento da fase de cumprimento da coisa julgada, nos termos do artigo 475-B e J, do CPC, no prazo de 10 dias. Vindo esse requerimento, intime-se a ré para, em 15 dias, pagar o valor do débito exequendo, sob pena de multa de 10%. Findo o prazo de 15 dias sem pagamento, diga o autor.

P.R.I.

São Carlos, 05 de maio de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**